



DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DÊSTE NÚMERO — \$15

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Direcção Geral da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recebem 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS		
As 3 séries . . .	Ano 50\$	Semestre. 28\$00
A 1.ª série. . . .	» 30\$	» 18\$00
A 2.ª série. . . .	» 20\$	» 14\$00
A 3.ª série. . . .	» 15\$	» 10\$00

Avulso: Número de duas páginas \$15;
de mais de duas páginas \$03 por cada duas páginas

O preço dos anúncios (pagamento adiantado), é de \$60 a linha, acrescido de \$01(5) de selo por cada um. Exceptuam-se os casos previstos nos §§ 1.º e 2.º do artigo 3.º da lei n.º 1.048, publicada no *Diário do Governo* n.º 169, 1.ª série, 31-VIII-1920.

SUMÁRIO

Ministério da Justiça e dos Cultos :

Decreto n.º 7:401, reforçando as verbas consignadas no orçamento a despesas da Inspeção do Registo Civil, vencimentos do pessoal do Tribunal Especial criado pela lei n.º 969, e despesas de material e diversas do Instituto de Medicina Legal de Lisboa.

Ministério das Finanças:

Decreto n.º 7:402, aplicando aos funcionários das execuções fiscaes o determinado no decreto n.º 7:226, de 4 de Janeiro de 1921, que manda contar aos oficiais de justiça, como reembolso do preço do papel, a quantia de \$03 por cada meia folha que fornecerem para os processos, certidões e mais documentos.

Decretos n.ºs 7:403 e 7:404, incluindo novos artigos na pauta dos direitos de importação.

Ministério do Trabalho:

Decreto n.º 7:405, fixando os prazos para a aferição e conferição de pesos e medidas.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DOS CULTOS

4.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 7:401

Com fundamento no artigo 6.º da lei n.º 1:122, de 27 de Fevereiro último, tendo ouvido o Conselho de Ministros, e sob proposta do Ministro da Justiça e dos Cultos: hei por bem decretar que a dotação do orçamento do Ministério da Justiça e dos Cultos, proposta para o corrente ano económico de 1920-1921, seja acrescida da importância de 32.956\$70, no que respeita aos encargos de Julho de 1920 a Março corrente na despesa ordinária, sendo 5.851\$76 para reforçar a verba consignada no capítulo 4.º, artigo 10.º, «Diversas despesas da Inspeção do Registo Civil»; 6.480\$ para ocorrer à satisfação dos vencimentos do pessoal do Tribunal Especial, criado pela lei n.º 969, de 11 de Maio de 1920, a inscrever no capítulo 5.º, artigo 11.º, «Vencimentos do pessoal dos quadros dos serviços de justiça», e 20.624\$94 para reforçar a dotação consignada no capítulo 8.º, artigo 28.º, com aplicação a material e diversas despesas do Instituto de Medicina Legal de Lisboa.

Estes reforços tornaram-se indispensáveis para que se execute a citada lei n.º 969, e bem assim para manter a regularidade dos serviços públicos devido ao agravamento sempre crescente dos encargos que incidem na execução dos mesmos serviços.

O Presidente do Ministério e os Ministros de todas as Repartições assim o tenham entendido e façam executar.

Paços do Governo da República, 22 de Março de 1921.—
ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA — *Bernardino Luis Machado Guimarães—Artur Alberto Camacho Lopes Cardoso—António Maria da Silva—Alvaro Xavier de Castro—Fernando Brederode—Domingos Leite Pereira—António Joaquim Ferreira da Fonseca—António de Paiva Gomes—Julio do Patrocínio Martins—José Domingues dos Santos.*

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral das Contribuições e Impostos

Decreto n.º 7:402

Considerando que os emolumentos e salários nos processos das execuções fiscaes são contados pela tabela que vigorar para o Poder Judicial;

Considerando que o decreto n.º 7:226, de 4 de Janeiro do corrente ano, mandou contar aos oficiais de justiça, como reembolso do preço do papel, a quantia de \$03 por cada meia folha de papel comum que fornecerem para os processos, certidões e mais documentos;

Considerando que igual providencia deve ser adoptada para os funcionários das execuções fiscaes porque as razões são as mesmas que determinaram o reembolso do preço do papel aos oficiais de justiça;

Usando da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 1.º da lei n.º 891, de 22 de Setembro de 1919:

Hei por bem, sob proposta do Ministro das Finanças, decretar o seguinte:

Artigo 1.º É applicável aos funcionários das execuções fiscaes o determinado no decreto n.º 7:226, de 4 de Janeiro de 1921.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro das Finanças assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 22 de Março de 1921.—ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA — *António Maria da Silva.*

Direcção Geral das Alfândegas

3.ª Repartição

Decreto n.º 7:403

Sob proposta do Ministro das Finanças, baseada no parecer do Conselho do Serviço Técnico Aduaneiro, que julgou omissas na pauta dos direitos de importação as mercadorias formadas de fios de papel e de algodão: hei por bem, nos termos do n.º 6.º do artigo 1.º do decreto n.º 4:560, de 8 de Julho de 1918, decretar que